

FLORESCER: A COMUNICAÇÃO NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Comunicação

Coordenador da atividade: Ariane Carla PEREIRA¹
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Iris TOMITA²; Renata CALEFFI³; Caroline ALBERTINI⁴; Priscila POLLON^{5,6}

Resumo

Segundo dados do Ministério Público, uma mulher é assassinada, no Brasil, pelo simples fato de ser mulher a cada 11 minutos e 63% delas morrem dentro de casa. A cada 2h30, um caso de violência sexual contra pessoas do sexo feminino é registrado. Crimes cometidos por agressores que confiam numa espécie de tolerância social, em que a cultura baseada no patriarcalismo e no machismo favorece a vergonha, o medo e a condenação das vítimas pelos atos cometidos contra elas. Os dados são cruéis, gritantes e evidenciam que a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser conquistada. O combate à violência contra a mulher, desse modo, é um trabalho de mudança cultural e, nesse aspecto, a comunicação é fundamental para difundir novos modos de ler, ser e estar no mundo. Assim, o projeto de extensão “Florescer: a comunicação como ferramenta para a efetivação de políticas públicas para mulheres” tem como proposta promover ações educacionais nas escolas públicas municipais de Guarapuava, de modo que as crianças, passem a pensar sobre o assunto, a partir de uma abordagem apropriada para a idade, e também a produzir conteúdo objetivando a promoção da equidade de gênero.

Palavra-chave: combate a violência contra a mulher; comunicação; políticas públicas.

¹Ariane Carla Pereira é jornalista, mestre em Letras e doutora em Comunicação e Cultura. Docente do curso de graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É coordenadora-geral do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”, que tem financiamento da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti), através do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF).

²Iris Yae Tomita é publicitária, mestre e doutora em Educação. Docente do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). É coordenadora do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”.

³Renata Caleffi é jornalista, mestre em Comunicação e doutora em Políticas Públicas. Docente do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É coordenadora do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”.

⁴Caroline Albertini é jornalista e atua como bolsista recém-graduada do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”.

⁵Priscila Pollon Galina é graduanda em Jornalismo e atua como bolsista graduanda do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres”.

⁶O projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres” tem, ainda como integrantes da equipe as acadêmicas do curso de Jornalismo da Unicentro Agata Neves, Mayara Maier e Renatha Giordani.

Introdução

A violência contra a mulher, sob a perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS), pode ser considerada uma pandemia, isto é, um problema de saúde pública que é resultado de uma grave violação dos direitos humanos. A agência da ONU (Organização das Nações Unidas) realizou uma pesquisa que resultou em estatísticas assustadoras. 50% dos entrevistados (homens e mulheres em igual proporção) não veem problemas na disseminação de piadas machistas. 44% deles afirmam que o papel social mais importante da mulher é o de cuidadora da casa e da família. Em contrapartida, os mesmos entrevistados afirmam que a função essencial do homem na estrutura familiar é ganhar dinheiro, ser o provedor. E 27% - ou seja, um em cada quatro entrevistados – afirmam que o abuso sexual é justificado em determinadas circunstâncias, como quando a mulher está bêbada ou drogada, se convidou o homem para ir até sua casa, ou se está vestindo roupas sugestivas.

No Brasil, não é diferente. Dados do Ministério Público mostram que a cada 11 minutos um feminicídio é cometido no Brasil e 63% das vítimas são assassinadas dentro das suas próprias casas. Segundo o Mapa da Violência 2015, produzido pelo Instituto Sangari, em média, foram mortas, no país, 4,8 mulheres para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino. Essa taxa coloca o Brasil na quinta posição, em ranking da Organização das Nações Unidas (ONU), entre os 83 países que forneceram dados homogêneos relacionados ao assassinato de mulheres, atrás apenas de El Salvador, da Colômbia, da Guatemala e da Federação Russa. Em termos comparativos, o Brasil registra 16 vezes mais homicídios femininos que o Japão, 24 vezes mais que a Irlanda ou a Dinamarca, e 48 vezes mais que o Reino Unido.

O Paraná, por exemplo, estado considerado desenvolvido, com oportunidades razoáveis de escolarização e emprego, registrou um crescimento no número de feminicídios, isto é, o assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, da ordem de 15,1% entre os anos de 2003 e 2013. Em Guarapuava, no ano de 2013 foram registrados 511 boletins de ocorrência de violência contra a mulher pela Polícia Militar. No ano seguinte, esse número caiu para 479 e voltou a aumentar em 2015, quando foram registrados 526 BOs. Já a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava, criada em março de 2013, atendeu 389 mulheres vítimas de violência em seu primeiro ano de atividades, 608 casos em 2014 e 363 no ano de 2015.

Diante desse cenário de brutalidades, onde a mulher não é respeitada, e mais que isso, é tratada com violência, é evidente que vivemos em uma sociedade desigual, onde há

sobreposição e dominação de um gênero sobre o outro, onde a relação entre homem e mulher, por centenas ou milhares de vezes em Guarapuava, no Paraná e no Brasil, foi mediada pela violência. Em meio a tantas relações conflituosas estão as crianças – os filhos e filhas desses casais –, que presenciam a violência e, com o tempo, deixam de percebê-la como uma violação aos direitos humanos da mulher e a enxergam como natural. Entendendo a violência e a desigualdade de gênero como uma construção social e, portanto, cultural, a proposta do projeto de extensão “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres” é trabalhar a temática com as crianças, acreditando assim que os discursos machistas e patriarcais são pouco a pouco desconstruídos e as transformações que levarão ao fim da violência e à relações mais iguais ocorrerão no médio e no longo prazo.

Nosso objetivo, então, é utilizar a expertise da Comunicação para apoiar, educativamente, o enfrentamento à violência contra a mulher e a efetivação de Políticas Públicas para Mulheres. De modo específico, sugerimos 1. que o Jornalismo e a Publicidade sejam utilizados como ferramentas de promoção dos direitos sociais e da cidadania de mulheres vítimas de violência; 2. atuar na prevenção, em médio e longo prazo, de novos casos de violência a partir da informação, do relato de mulheres vítimas na atualidade, e de oficinas educomunicativas com crianças da rede municipal de ensino de Guarapuava; 3. utilizar a Comunicação para apoiar a efetivação de políticas públicas para as mulheres. 4. proporcionar uma formação mais cidadã – na medida em que compreendem a importância da não distinção e discriminação entre os sexos – das crianças envolvidas na ação extensionista; 5. despertar, nos recém-formados e estudantes envolvidos a importância de um exercício mais cidadão e, portanto, mais ético das profissionais jornalistas e publicitárias para a efetivação de uma sociedade mais igualitária e justa.

Metodologia

O projeto “Florescer: a Comunicação na efetivação de Políticas Públicas para Mulheres” tem como proposta planejar e preparar materiais didáticos de apoio e realizar oficinas em que o tema da igualdade entre homens e mulheres seja trabalhado com os alunos dos terceiros anos das escolas municipais de Guarapuava. Trabalho que tem potencial para gerar uma espécie de protocolo a ser adotado por outros municípios e/ou estados e, ainda, ser transformado ele mesmo numa política pública de combate a violência contra a mulher.

O trabalho é realizado em cinco oficinas lúdicas, tendo como base a Educomunicação, que prevê o uso de ferramentas comunicacionais para a promoção de novos comportamentos. A primeira oficina, desse modo, aborda o Estatuto da Criança e do

Adolescente e os direitos e deveres previstos para o Estado (governo), pais, mães e crianças. Temática trabalhada ao ar livre, através de uma espécie de jogo de tabuleiro em que os conteúdos são apresentados e discutidos a partir das cartas-pergunta. Já as casas são bambolês e as peças são as próprias crianças.

Já a oficina dois tem como tema a Lei Maria da Penha. Porém, antes de chegar aos cinco tipos de violência contra a mulher previstos pela legislação, as crianças são levadas a pensar nos pré-construídos que cercam o ser mulher e o ser homem, a partir de brinquedos e brincadeiras considerados de meninas ou de meninos. Sempre tendo o lúdico como foco, os debates permitem a diferenciação dos conceitos de igualdade e de equidade, assim possibilitando também que a equidade precisa ser construída socialmente e que, para isso, são necessárias políticas públicas, como a Lei Maria da Penha.

Na semana seguinte, na oficina três, procuramos mostrar como é possível as pessoas se expressarem através de produtos comunicacionais e iniciamos o planejamento dos produtos que serão produzidos pelas crianças nas duas semanas seguintes, durante as oficinas quatro e cinco. Além disso, o projeto prevê um dia de exibição dos materiais para as crianças no Cinema da Unicentro, seguido por um lanche e confraternização.

Desenvolvimento e processos avaliativos

Até o momento, as oficinas do projeto “Florescer: a comunicação na efetivação de políticas públicas para mulheres” foram realizadas em duas escolas municipais de Guarapuava – a Luiza Pawlina do Amaral e a Hypólita Nunes Oliveira – contemplando, em cada uma, as duas turmas de terceiro ano do Ensino Fundamental, totalizando cem crianças.

A avaliação é feita conjuntamente com as Secretarias Municipais de Políticas Públicas para Mulheres – que tem assistentes sociais acompanhando as atividades para o apoio às crianças – e de Educação – através do retorno das professoras, coordenadoras pedagógicas e das diretoras. Numa das turmas da Escola Municipal Hypólita Nunes Oliveira, por exemplo, 50% das crianças relataram casos de violência envolvendo os pais e 70% disseram conhecer alguma mulher que é vítima. O olhar não-naturalizado para o tema – além do sofrimento provocado pela violência – pode ser percebido nos pedidos de ajuda para as assistentes sociais, quando essas dizem que podem visitar as famílias.

Considerações Finais

A importância da temática abordada pelo projeto tem chamado a atenção dos meios de comunicação que, sistematicamente, têm realizado cobertura jornalística sobre o projeto

Florescer. Para além disso, o projeto, hoje, tem assento e poder de voto na Rede Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e no Conselho Municipal da Mulher. Os resultados das ações extensionistas têm sido mostrados em audiências públicas e também apresentados a gestores e entes políticos do estado, de modo a possibilitar que o mesmo seja transformado em política pública, tendo como base legal a própria Lei Maria da Penha, que prevê em seu texto ações de prevenção e educativas nas escolas.

Referências

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340, 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 13 de junho de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mapa da violência contra a mulher 2018*. Brasília: 2018. Disponível em <https://sintepol.org.br/wp-content/arquivos/Mapa-da-Violencia-pagina-mulher-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2019.

ONU MULHERES. *Diretrizes nacionais feminicídios – Investigar, processo e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília: 2016. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em 13 de junho de 2019.

SENADO FEDERAL. *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2019.